

Comentário XI

Paulo Henrique Martinez¹

1. Professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Assis. E-mail: <martinezph@uol.com.br>.

As questões abordadas por Manoel Luís Salgado Guimarães ensejam múltiplas possibilidades de diálogo, e vou procurar contemplá-las guardando aquelas que sugerem interrogações na área de história ambiental, estudo a que tenho dedicado meus esforços ultimamente. Gostaria de destacar algumas articulações entre a visualização do passado e a escrita da história sugeridas pela leitura de *Vendo o passado: representação e escrita da história*.

Inegavelmente, nos últimos anos conhecemos uma valorização da história do visual, tanto em seus aspectos materiais, dos diferentes tipos de objetos, quanto em aspectos simbólicos, hábitos, música ou dança. A história da arte, da paisagem, do ambiente natural e construído, a arqueologia – mas também a história de gente que ganhou visibilidade social nas últimas décadas: mulheres, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, migrantes, negros, homossexuais. Enfim, pessoas muitas vezes invisíveis em nossa sociedade. Em pronunciamento público do presidente Lula, em 2006, alguns desses grupos sociais foram considerados, como “obstáculos” ao chamado desenvolvimento econômico. Formavam, também, um contingente de elementos proscritos – social e intelectualmente – pela linearidade do tempo e do progresso nos estudos históricos, notadamente em um marxismo outrora dito “vulgar”. Esses segmentos sociais emergiram, na passagem para o século XXI, como fecundos ingredientes para pesquisas nas ciências humanas e, claro, no conhecimento histórico. Já a “invisibilidade” das práticas econômicas parece que ganhou sossego (abandonada pela crítica dos historiadores e cientistas sociais), bem como o tema do desenvolvimento e a ação do capital.

No Brasil, as relações da sociedade com o passado adquiriram uma multiplicidade de aspectos remotos e recentes, seja diante do tempo ou dos espaços. Gostaria de lembrar, aqui, a experiência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A sua constituição, desde logo, colocou os países que a integrariam diante da relação com o passado colonial. Como edificar

2. Sobre a CPLP, ver Pedro da Silva Feijó Sobrinho (1997). A difícil convivência na lusofonia foi comentada por Florestan Fernandes (1990).

3. Ver, por exemplo, Maria Antonia Marti Escayol (2005).

4. Cf. Maria de Fátima Costa (1999).

uma unidade cooperativa frente à opressão (e violência) da escravidão e do colonialismo, à exploração econômica, à discriminação e às guerras? Uma vez que o passado é insuportável e incontornável, não podem emanar dele os elementos de identidade e integração entre os países lusófonos. Portanto, aqui é essencial a relação com tempo, forçando o deslocamento do binômio passado-presente para o do presente-futuro. Ora, este é sempre, e necessariamente, utópico e requer um projeto de ação conjunta e integrada². Até o momento, a CPLP não foi muito além de alguns eventos culturais, visitas protocolares e tímidas intenções de cooperação. A arquitetura do futuro apresenta-se bem mais difícil do que a do passado.

A construção de identidades políticas, sociais e regionais a partir de ambientes naturais constitui outro aspecto que tem merecido atenção dos historiadores³. No âmbito interno, também as relações da sociedade brasileira com o tempo e o espaço são portadoras de peculiaridades. Poderia lembrar a “nacionalização” de plantas e animais, como pau-brasil, o peixe-boi, papagaios, florestas, a vitória-régia e as orquídeas. Ecossistemas e paisagens – como praias, a baía de Guanabara, Foz do Iguaçu e a Amazônia, por exemplo – compõem um elenco de “objetos naturais” e de símbolos que não só respondem por certa identidade nacional, historicamente construída, mas que, também, desde há muito, naturalizam o tempo e as relações humanas no Brasil.

Nesta direção, o acervo e as exposições do Museu Paulista estimulam nossa imaginação e chamam a atenção para o fato de que as dimensões espaciais e geográficas também estão inscritas no tempo. O hoje chamado pantanal mato-grossense já foi indígena e hispânico – a mítica laguna de Xarayes. A presença portuguesa, crescente a partir do século XVIII, fez dele um espaço de circulação e um entroncamento de águas, de rios e de homens. Um mesmo mapa geográfico comportando distintos mapas de memórias, em que a imagem fantasiosa da riqueza cedeu lugar, não completamente como sabemos, ao sensorial, mutante (que também é fato: do regime das águas e da navegação)⁴. Nota-se, aqui, um processo no qual passamos da representação e do imaginário para o escrito, o cartografado, o descrito, o narrado, o percorrido e o musealizado: as monções – essas expedições, organizadas a partir de São Paulo, que seguiram o curso dos rios que correm para o interior do continente.

Estamos, então, diante de uma temática cara ao Museu Paulista, testemunho da penetração, da ocupação e da conquista de um território; e que se materializa nas amostras de outras águas – dos rios Amazonas, Guaporé, São Francisco e Tietê – e nas estátuas metálicas que superam a fragilidade e o curto ciclo da vida biológica das aves empoleiradas nas escadarias do salão principal deste Museu. A bacia do rio Paraguai recebe, assim, em sua margem esquerda, uma identidade própria, articulada ao litoral atlântico: o pantanal; mas a margem direita foi convertida no *chaco*, boliviano e paraguaio, vinculado às identidades construídas no centro do continente sul-americano. A presença dos Guaicuru, esse povo dizimado cultural e militarmente, foi reduzida a um monumento na cidade de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. A ágil e aguerrida mobilidade espacial desse grupo indígena (que transitava

com a mesma naturalidade em áreas secas ou alagadas e que os notabilizou nas práticas guerreiras e da vida cotidiana) foi sedimentada e congelada em uma praça municipal.

A nossa historiografia não ficou indiferente a essa vasta gama de relações identificáveis, no território brasileiro, entre espaços e tempos. O hoje centenário Caio Prado Júnior dedicou sua obra maior, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1942), à percepção dos diferentes tempos inscritos nas paisagens alteradas e surgidas com a colonização portuguesa no Novo Mundo. O historiador paulista aprendera a decodificar paisagens junto aos geógrafos franceses Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, então (1930-1935) instalados na Universidade de São Paulo. Embora guiado pelos geógrafos, é certo que, quando perseguia as “cenas mais vivas” do passado, as rugas das diferentes temporalidades arranhadas no espaço brasileiro, Caio Prado Júnior seguiu as sugestões de Fernand Braudel, outro professor daquela equipe. Daí resulta, talvez, a presença de um mapa histórico, elaborado pelo autor, que acompanhava a primeira edição do volume, mas foi subtraído nas edições seguintes. Poderíamos caminhar, ainda, em outra direção, seguindo as análises de Victor Leonardi, que, em *Os historiadores e os rios*, apontou as dificuldades de acomodação e de compreensão da história da região amazônica em um tempo meramente linear⁵.

O que quero sublinhar é o fato, presente no texto de Manoel L. S. Guimarães, de que as novas relações com o tempo e com as temporalidades históricas repõem a possibilidade de diálogos que a história estabeleceu com disciplinas como a Geografia e a Sociologia. No caso da Geografia Histórica, o contato visual foi parte da metodologia de pesquisa e da interpretação crítica. Através da observação direta, ambas recorrem amplamente ao visual: excursões, mapas, fotografias (aéreas ou não), desenhos, descrições, quadros, gráficos, entre outros componentes do chamado “trabalho de campo”. Um enorme esforço para apreender paisagens, relevos, cidades, objetos e técnicas, meios de transporte, recursos naturais, rotas de circulação e infra-estrutura. Tais características disciplinares responderam também por certa divisão intelectual do trabalho, no qual os geógrafos abordavam o visível, o material e o tangível sintetizados no estudo das paisagens. Aos historiadores, coube o estudo do invisível, do imaterial e do intangível, notadamente a política, as relações sociais de dominação e de exploração econômica ou a organização do trabalho. Este diálogo e o convívio de geógrafos e historiadores, em países como França, Inglaterra e também no Brasil, estiveram presentes no cenário universitário da primeira metade do século XX. Na Universidade de São Paulo, a separação do curso de História e do de Geografia só ocorreu em 1956, conferindo a ambos maior autonomia pedagógica e de pesquisa.

Não podemos esquecer, contudo, que tais condutas investigativas também passam por reordenamentos disciplinares no trabalho dos geógrafos. A definição de uma geografia cultural atenta para o descolamento dos artefatos materiais de um lugar específico, aderindo à idéia de “culturas itinerantes” e à constituição de comunidades aglutinadas ao redor interesses, e não de

determinado lugar⁶. Há mesmo uma desterritorialização cultural, como atestam as comunidades de relacionamento em espaços virtuais, como o Orkut, e a recepção individualizada de emissões televisivas em aparelhos de telefonia móvel. Por outro lado, o conceito de Terceiro Mundo, por exemplo, perde a olhos vistos qualquer operacionalidade analítica.

O último ponto que gostaria de destacar é a valorização do contato visual, tanto no estudo da história, quanto no conjunto das práticas pedagógicas no ensino fundamental e médio, presente nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Esta valorização desponta na proposição dos “estudos do meio” e de visitas a exposições, museus e sítios arqueológicos. A perda da centralidade do estudo do passado nacional é acompanhada pela ascensão de um outro tipo de interesse pelo passado. Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* há uma espécie de síndrome comparativa. Esta é que responde pelo estabelecimento dos fios que conferem sentido ao conhecimento histórico, com o manejo dos binômios de passado e presente, rupturas e continuidades, tempo breve e tempo longo, semelhanças e diferenças. Tal procedimento permite alcançar associações visuais com os relatos – textuais e orais – e as fontes escritas, além de abrir perspectivas para outras relações entre o tempo da narrativa do historiador e o do estudante e leitor, tornando-o participante na elucidação do passado e na experiência da reflexão sobre a história. Desta forma, são articulados planos distintos do conhecimento histórico, tais como alguma erudição e uma compreensão geral e abrangente da vida social.

Nesta proposta pedagógica, os museus e as exposições são concebidos como espaços de preservação e de divulgação do patrimônio cultural. São também instâncias que estimulam o debate acerca do lugar e do significado dessas instituições, e da própria preservação da memória individual e coletiva, na formação de identidades pessoais e sociais, de cidadania. Outro papel conferido aos museus e exposições é a explicitação do ordenamento do passado pelo presente – que se manifesta em políticas de preservação do patrimônio cultural, na definição de “lugares de memória”, na constituição de coleções e acervos documentais, enfim, na organização do conhecimento sobre o passado pelos diversos profissionais que atuam na área: professores, pesquisadores, museólogos, historiadores, arquivistas, bibliotecários, pedagogos, entre outros. Trata-se de um aprendizado da história que, do modo como é feito, refuta o passado como repositório de experiências singulares, positivas ou negativas, e desloca para diferentes tempos e espaços a experiência humana e social, distinta do calendário dos progressos logrados na conquista do mundo natural, na ocupação de diferentes áreas do globo e na disciplina e submissão do trabalho.

Surgem, assim, oportunidades de trabalho no ensino e na pesquisa histórica, na concepção de exposições e de filmes documentários – essa outra modalidade de relacionamento entre o conhecimento histórico e o campo visual –, que permitem ao historiador contornar a rotina que reitera conteúdos, metodologias, uso de fontes e valorização de acervos determinados, abrindo espaço para a imaginação criativa na elaboração do conhecimento histórico.

As futuras gerações de historiadores, curadores, museólogos e pedagogos, sem dúvida alguma, trarão a marca da cultura visual. As práticas historiográficas que vão engendrar serão hospedeiras de uma relação mais natural e espontânea com as dimensões visuais na vida social. Expressarão a sociabilidade mesma, na qual estão sendo formados e educados os nossos estudiosos, no amanhã, do passado.